

BOLETIM ECONÔMICO – OUTUBRO DE 2006

SUMÁRIO:

1. Conjuntura: Baixa variação dos preços em outubro reforça a expectativa de que o crescimento da inflação deve ficar abaixo de 3,0% em 2006.

2. CUB: Variação do CUB em outubro registra deflação (-1,16%). Profundas alterações no CUB entram em vigor a partir de fevereiro/07.

3. Indicadores Econômicos:

3.1 – PIB estadual: Bom desempenho da Agropecuária em 2004 permite crescimento de 6,6% da economia paraense, acima da economia brasileira (4,9%). Construção garante o quarto lugar na formação do PIB estadual.

3.2 - Emprego Formal: Emprego cresce pelo 9º mês consecutivo na economia paraense. Postos de trabalho na Construção Civil crescem 10,00% no acumulado do ano até setembro.

4. Financiamentos Habitacionais: Até setembro, 61% dos financiamentos habitacionais com recursos do FGTS foram direcionados para imóveis usados e reformas.

1. Conjuntura: Baixa variação dos preços em outubro reforça a expectativa de que o crescimento da inflação deve ficar abaixo de 3,0% em 2006.

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), registrou uma variação de 0,33%, no mês de outubro, maior que do que a do mês de setembro (0,21%). Com esse resultado o valor acumulado no ano até outubro foi 2,33%, inferior ao registrado em igual período do ano anterior (4,73%). Considerando os últimos 12 meses, o IPCA acumulou 3,26%, inferior aos 3,70% relativo aos doze meses imediatamente anteriores. As principais influências desse aumento correspondem as despesas com gêneros alimentícios (0,88%) de setembro para outubro. A maior contribuição individual do índice de outubro (0,08%) veio do item carne, que no período da entressafra subiu 4,51%. Além dos alimentos os salários dos empregados domésticos foram destaque com variação de 1,31%. Outros aumentos também ocorreram com cigarros 1,31%, serviços de cabeleleiro (1,18%) e os artigos de vestuário 0,64%. Em relação aos combustíveis foi registrado queda significativa no álcool (-3,28%), enquanto gasolina ficou em (-0,11%). Quanto aos índices regionais o maior resultado foi registrado em Belém (0,78%), onde os alimentos tiveram aumento de 1,84%, enquanto que o menor índice foi registrado em Recife (0,12%).

O IPCA é calculado para nove regiões metropolitanas, além de Goiânia e Brasília. Abrange famílias com rendimento de 1 a 40 salários mínimos sendo o principal indicador utilizado pelo Banco Central do Brasil para acompanhar as metas de inflação.

O INCC – geral (Índice Nacional da Construção Civil) indicador da Construção, calculado pela Fundação Getúlio Vargas, registrou em outubro/06 uma variação de 0,21% ante 0,11% de setembro. No ano, até o mês de outubro a variação foi de 4,42%, inferior ao índice de 6,15% no mesmo período do ano anterior. A variação nos últimos doze meses totalizou 5,11% ante 5,09% nos doze meses imediatamente anteriores.

O IGP-M (Índice Geral de Preços do Mercado), registrou em outubro a variação de 0,47% superior a registrada em setembro 0,29%. Nos dez primeiros meses do ano acumulou uma variação positiva de 2,73%, superior a variação registrada no mesmo período do ano anterior 0,83%. O valor acumulado em doze meses registrou um índice de 3,13% em outubro, inferior ao registrado nos 12 meses imediatamente anteriores 3,28%.

O INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor apresentou em outubro variação de 0,43%, acima do resultado de setembro (0,21%). O acumulado no ano (1,75%) ficou inferior ao igual período do ano passado 4,07%. Nos últimos doze meses a taxa ficou em 2,71%, menor que nos doze meses imediatamente anteriores 2,86%. Em outubro de 2005 o índice foi de 0,58%. Os produtos alimentícios apresentaram variação de 1,10% e os não alimentícios aumentaram 0,18%. O maior índice regional foi registrado em Belém (0,91%). O menor resultado ocorreu em Recife (0,13%) Em setembro os produtos alimentícios apresentaram variação de 0,09% enquanto os não alimentícios aumentaram 0,19%.. O INPC é calculado com base nos rendimentos das famílias de 01 a 06 salários-mínimos e abrange nove regiões metropolitanas do país, além do município de Goiânia e de Brasília.

Tabela1

Índices de Preços

Índices	Varição	Jun/05	Jul/05	Ago/05	Set/05	Out/05	Nov/05	Dez/05	Jan/06
INCC	Índices	322,974	323,332	323,382	324,164	324,782	325,703	326,915	328,042
	Var%mês	0,76	0,11	0,02	0,24	0,19	0,28	0,37	0,34
	Var%ano	5,56	5,67	5,69	5,94	6,15	6,45	6,84	0,34
	Var%12m	10,85	9,74	8,88	8,52	7,45	6,99	6,84	6,41
CUB/PA	Índices	649,03	655,15	660,08	678,40	683,84	684,14	684,50	688,48
	Var%mês	0,55	0,94	0,75	2,78	0,80	0,04	0,05	0,58
	Var%ano	2,6	3,57	4,35	7,24	6,10	8,15	8,21	0,58
	Var%12m	9,57	8,97	9,27	11,93	12,03	11,25	8,21	6,94
IPCA	Índices	2.474,68	2.480,87	2.485,09	2.493,79	2.512,49	2.526,31	2.535,40	2.550,36
	Var%mês	-0,02	0,25	0,17	0,35	0,75	0,55	0,36	0,59
	Var%a.a.	3,16	3,42	3,59	3,95	4,73	5,31	5,69	0,59
	Var%12m	7,27	6,57	6,02	6,04	6,36	6,22	5,69	5,70
IGP-M	Índices	336,801	335,663	333,474	331,69	333,6940	335,0330	335,006	338,083
	Var%mês	-0,44	-0,34	-0,65	-0,18	0,60	0,40	-0,01	0,92
	Var%a.a.	1,75	1,41	0,75	0,19	0,81	1,22	1,21	0,92
	Var%12m	7,12	5,38	3,43	2,17	2,38	1,96	1,21	1,17
INPC	Índices	2.540,900	2.541,660	2.541,66	2.545,47	2.560,23	2.574,05	2.584,35	2.594,17
	Var%mês	0,11	0,03	0,00	0,15	0,58	0,54	0,40	0,38
	Var%a.a.	3,28	3,31	3,31	3,47	4,07	4,63	5,05	0,38
	Var%12m	6,28	5,54	5,01	4,99	5,42	5,42	5,05	4,85

Índices	Fev/06	Mar/06	Abril/06	Mai/06	Junho/06	Julho/06	Agosto/06	Setembro/06	Outubro/06
INCC	328,651	329,320	330,501	3344,867	337,892	339,484	340,283	340,670'	341.369
Var%mês	0,19	0,20	0,36	1,32	0,90	0,47	0,24	0,11	0,21
Var%a.a.	0,53	0,74	1,10	2,43	3,36	3,84	4,09	4,21	4,42
Var%12m	6,14	5,64	5,26	4,47	5,42	5,00	5,23	5,09	5,11
CUB/PA	700,68	701,17	706,75	707,54	708,54	710,44	725,13	746,06	737,37
Var%mês	1,77	0,07	0,80	0,19	0,14	0,27	2,07	2,89	-1,16

Var%a.a.	2,36	2,44	3,25	3,37	3,51	3,79	5,94	8,99	7,72
Var%12m	8,45	7,94	8,27	9,62	9,17	8,44	9,85	9,97	7,83
IPCA	2560,8165	2.571,83	2.577,23	2579,81	2.574,39	2.579,28	2.580,57	2.585,99	2.594,52
Var%mês	0,41	0,43	0,21	0,10	-0,21	0,19	0,05	0,21	0,33
Var%a.a.	1,02	1,44	1,65	1,75	1,54	1,73	1,78	2,00	2,33
Var%12m	5,51	5,32	4,63	4,23	4,03	3,97	3,84	3,70	3,26
IGP-M	338,1280	337,339	335,921	337,185	339,712	340,312	341,574	342,5610	344,155
Var%mês	0,01	-0,23	-0,42	0,38	0,75	0,18	0,37	0,29	0,47
Var%a.a.	0,93	0,70	0,27	0,65	1,40	1,58	1,96	2,26	2,73
Var%12m	1,45	0,36	-0,92	-0,33	0,86	1,39	2,43	3,28	3,13
INPC	2600,13	2.607,16	2.610,29	2613,68	2.611,85	2.614,72	2.614,20	2.618,380	2.629,64
Var%mês	0,23	0,27	0,12	0,13	-0,07	0,11	-0,02	0,16	0,43
Var%a.a.	0,61	0,88	1,00	1,13	1,06	1,18	1,16	1,32	1,75
Var%12m	4,63	4,15	3,34	2,75	2,78	2,87	2,85	2,86	2,71

Fontes: FGV; IBGE e SINDUSCON-PA.

Elaboração: Assessoria Econômica do SINDUSCON-PA.

2. CUB/M2:

O Custo Unitário Básico da Construção de Belém (CUB/m² - Projeto Padrão H8 – 2N) registrou uma deflação de -1,16, no mês de outubro, registrando a menor variação no ano. Com este resultado, o custo do metro quadrado da construção em Belém (projeto-padrão de oito pavimentos, dois quartos, com padrão normal de acabamento) que em setembro era de R\$746,06, passou para R\$ 737,37

O resultado do CUB/M2. no mes de outubro esta relacionado a reduções nos materiais de construção. Do total de 40 materiais pesquisados 25 sofreram reduções em seus preços, 13 registraram queda, enquanto que 2 mantiveram-se constantes. No ano até o mês de outubro o CUB/m² acumulou alta de 7,72% enquanto o INCC-DI aumentou 4,42%. Em doze meses até outubro, o CUB/m² registrou uma variação de 7,83%, superior à inflação oficial (3,26%) e concomitantemente também acima do indicador de custos da construção, no caso o INCC-DI (5,11%).

A chapa compensada resinada 17mm teve uma redução de preço no mês de outubro -5,10% o m²), substancialmente menor que a variação do INCC-DI, 0,21%.

Dentre os materiais que também registraram redução em seus preços em outubro, destacaram-se: telha ondulada de fibrocimento 6mm (-12,21, o m²), porta lisa para pintura 70x210x3,5 cm) (-28,42 a un.), granito polido p/piso, placa 40x40cm (-24,66 o m²) Tubo PVC esgoto D=100mm (-14,03% o m²)

Mudanças no CUB entram em vigor a partir de fevereiro/07

A Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) publicou em 28 de agosto a norma 12.721:2006, que normatiza o cálculo do Custo Unitário Básico da Construção (CUB/m²).

Esta norma é resultado de um amplo processo de revisão da NBR 12.721-1999 e mantém os seus conceitos teóricos básicos anteriores, mas apresenta profundas alterações em seu conteúdo, em virtude da sua adaptação ao disposto na legislação e aos novos padrões arquitetônicos praticados atualmente no mercado imobiliário

Buscou-se modernizar o cálculo do referido indicador de custos da construção e melhor adaptação à atual realidade de novos materiais de construção e do processo construtivo nacional.

Merecem destaque, entre as principais alterações introduzidas, os novos projetos-padrão diferentes dos anteriores.

A nova NBR 12.721-2006 entrará em vigor no dia 1º de fevereiro de 2007. Assim a partir do CUB/m2 referente ao mês de fevereiro de 2007, que será divulgado em março/2007, os Sinduscon's de todo o país já estarão publicando o cub/m2 de acordo com as novas especificações.

Com o objetivo de proteger e resguardar os atos de negócios realizados anteriormente a versã~]ao da Norma NBR 12.721/2006, o Sinduscon do Estado do Pará divulgará, no período de dois meses, o percentual de variação dos projetos da NBR 12.7821-1999, bem como os valores em R\$/m2 dos projetos da NBR12.721-2006.

Maiores esclarecimentos técnicos solicitamos contactar o Sinduscon do Estado do Pará, através do telefone 32414058.

Quadro2

Evolução Comparativa CUB x INCC-DI

Mês / Ano	CUB / R\$	Var. Mensal%	Var. Anual %	INCC – Var. Mês	INCC – Var. Ano
Janeiro / 05	643,78	1,74	1,74	0,75	0,75
Fevereiro / 05	646,08	0,36	2,13	0,44	1,20
Março / 05	649,59	0,54	2,69	0,67	1,88
Abril / 05	652,79	0,49	3,19	0,72	2,62
Mai / 05	645,46	-0,12	2,04	2,09	4,76
Junho / 05	649,03	0,55	2,60	0,76	5,56
Julho / 05	655,15	0,94	3,57	0,11	5,67
Agosto / 05	660,08	0,75	4,35	0,02	5,69
Setembro / 05	678,40	2,78	7,24	0,24	5,94
Outubro / 05	683,84	0,80	6,10	0,19	6,15
Novembro / 05	684,14	0,04	8,15	0,28	6,45
Dezembro	684,50	0,05	8,21	0,37	6,84
Janeiro / 06	688,48	0,58	0,58	0,34	0,34
Fevereiro / 06	700,68	1,77	2,26	0,19	0,53
Março/06	701,17	0,07	2,44	0,20	0,74
Abril/06	706,75	0,80	3,25	0,36	1,10
Mai/06	707,54	0,19	3,37	1,32	2,43
Junho/06	708,54	0,14	3,51	0,90	3,36
Julho06	710,44	0,27	3,79	0,47	3,84
Agosto/06	725,13	2,07	5,94	0,24	4,09
Setembro/06	746,06	2,89	8,99	0,11	4,21
Outubro/06	737,37	-1,16	7,72	0,21	4,42

Fontes: SINDUSCON-PA e FGV

3. Nível de Atividades: Emprego Formal: Postos de trabalho crescem pelo 10º mês consecutivo na economia paraense. Emprego na Construção Civil cresce 11,54% no acumulado do ano até novembro. Expectativas dos empresários da Construção é de fechar o ano com taxa de crescimento de 16%.

Estado do Pará

Segundo o CAGED (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados), em novembro os saldos líquidos(admissão-desligamentos) totalizaram 800 empregos com carteira assinada no Estado do Pará. Até novembro o saldo de empregos formais, totalizou 27.279 empregos, representando um aumento de 6,13% em relação ao mesmo período do ano anterior. No ano até novembro, ocorreram acréscimos praticamente em todas as atividades econômicas, com destaque para serviços (7.968), comércio (7.945), indústria (5.518), Construção Civil (3.636) e extrativismo mineral (1.758). O destaque negativo ocorreu na administração pública (-214).

BOLETIM ECONÔMICO JANEIRO/07

SUMÁRIO:

1. Conjuntura:

IPCA do ano de 2006(3,14%), abaixo da meta de 4,5% para o ano, revela a menor taxa de crescimento da inflação desde 1998 (1,65%)

2. Nível de Atividades:

PAC destina R\$146,30 bilhões para Habitação e Saneamento. Meta é atender 3,9 milhões de famílias que fazem parte do déficit de 7,9 milhões de habitações. Recursos com previsão de aplicação em construção, aquisição, reforma, aquisição, compra de material, compra de terrenos e urbanização de assentamentos.

3. Financiamentos Habitacionais:

4. Financiamentos Habitacionais:

No exercício de 2006 até dezembro a Caixa Econômica Federal direcionou para financiamentos habitacionais no Estado do Pará, R\$59.773.000. Deste total 60% corresponderam a recursos do FGTS,, 30% recursos da Caderneta de Poupança e 10% oriundos dos FAT (Materiais de Construção)

4. Nova Lei de Saneamento é aprovada no Senado.

1. Conjuntura: IPCA do ano de 2006(3,14%), abaixo da meta de 4,5% para o ano, revela a menor taxa de crescimento da inflação desde 1998 (1,65%)

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), registrou uma variação de 0,48% em dezembro. Com esse resultado o valor acumulado no ano até dezembro foi 3,14%, inferior ao registrado em igual período do ano anterior (5,69%).. As principais influências desse resultado corresponde a boa oferta de produtos agrícolas, o câmbio valorizado e menores aumentos nos preços administrados (energia, telefonia e combustíveis) e as despesas com gêneros alimentícios (0,88%) de setembro para outubro..A maior contribuição individual do índice de outubro (0,08%) veio do item carne, que no período da entressafra subiu 4,51%. Além dos alimentos os salários dos empregados domésticos foram destaque com variação de 1,31%. Outros aumentos também ocorreram com cigarros 1,31%, serviços de cabeleleiro (1,18%) e os artigos de vestuário 0,64%). Em relação aos combustíveis foi registrado queda significativa no álcool (-3,28%), enquanto gasolina ficou em (-0,11%). Quanto aos índices regionais o maior resultado foi registrado em Belém (0,78%), onde os alimentos tiveram aumento de 1,84%, enquanto que o menor índice foi registrado em Recife (0,12%).

O IPCA é calculado para nove regiões metropolitanas, além de Goiânia e Brasília. Abrange famílias com rendimento de 1 a 40 salários mínimos sendo o principal indicador utilizado pelo Banco Central do Brasil para acompanhar a meta de inflação.

O INCC –DI, (Índice Nacional da Construção Civil) indicador da Construção, calculado pela Fundação Getúlio Vargas, registrou em dezembro/06 uma variação de 0,36% ante 0,23% de novembro/06. No ano, até o mês de dezembro a variação foi de 5,04%, inferior ao índice de 6,84% no mesmo período do ano anterior.

O aumento da taxa de crescimento do INCC-DI, no mês de dezembro em relação a novembro, segundo a Fundação Getúlio Vargas foi decorrente do aumento nos três componentes do INCC-DI, materiais (0,30% para 0,31%), serviços (0,49% para 1,29%) e mão-de-obra (0,12% para 0,25%). Com relação ao serviços o item vale transporte avançou de 1,49% para 3,55%. No que concerne a mão-de-obra o acréscimo foi consequência de reajustes da data-base nas cidades de Recife e Belo Horizonte.

O IGP-M (Índice Geral de Preços do Mercado), registrou em dezembro 0,30% em dezembro em relação a 0,23% em novembro. O aumento no subgrupo combustíveis e Lubrificantes para a produção de -1,32% em novembro para 1,04 em dezembro impactaram o aumento evidenciado no IGP-M.. No ano o valor acumulado foi de 3,83% superior a variação registrada no mesmo período do ano anterior 1,21%.

O INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor fechou o ano com variação de 2,81%. Os alimentos ficaram com 0,94, enquanto os itens não-alimentícios aumentaram 3,59%. Em 2005, o resultado do ano foi de 5,05%.. O maior índice regional foi verificado em Brasília (4,75%). O menor resultado ocorreu em Curitiba (1,74%) .. O INPC é calculado com base nos rendimentos das famílias de 01 a 06 salários-mínimos e abrange nove regiões metropolitanas do país, além do município de Goiânia e de Brasília.

Tabela1

Índices de Preços

Índices	Variação	Ago/05	Set/05	Out/05	Nov/05	Dez/05	Jan/06	Fev/06	Mar/06
INCC-DI	Índices	323,382	324,164	324,782	325,703	326,915	328,042	328,651	329,320
	Var%mês	0,02	0,24	0,19	0,28	0,37	0,34	0,19	0,20
	Var%ano	5,69	5,94	6,15	6,45	6,84	0,34	0,53	0,74
	Var%12m	8,88	8,52	7,45	6,99	6,84	6,41	6,14	5,64
CUB/PA	Índices	660,08	678,40	683,84	684,14	684,50	688,48	700,68	701,17
	Var%mês	0,75	2,78	0,80	0,04	0,05	0,58	1,77	0,07
	Var%ano	4,35	7,24	6,10	8,15	8,21	0,58	2,36	2,44
	Var%12m	9,27	11,93	12,03	11,25	8,21	6,98	8,45	7,94
IPCA	Índices	2.485,09	2.493,79	2.512,49	2.526,31	2.535,40	2.550,36	2560,8165	2.571,83
	Var%mês	0,17	0,35	0,75	0,55	0,36	0,59	0,41	0,43
	Var%a.a.	3,59	3,95	4,73	5,31	5,69	0,59	1,02	1,44
	Var%12m	6,02	6,04	6,36	6,22	5,69	338,083	5,51	5,32
IGP-M	Índices	333,474	331,69	333,6940	335,0330	335,006	338,083	338,1280	337,339
	Var%mês	-0,65	-0,18	0,60	0,40	-0,01	0,92	0,01	-0,23
	Var%a.a.	0,75	0,19	0,81	1,22	1,21	0,92	0,93	0,70
	Var%12m	3,43	2,17	2,38	1,96	1,21	1,17	1,45	0,36
INPC	Índices	2.541,66	2.545,47	2.560,23	2.574,05	2.584,35	2.,594,17	2600,13	2.607,16
	Var%mês	0,00	0,15	0,58	0,54	0,40	0,38	0,23	0,27

	Var%a.a.	3,31	3,47	4,07	4,63	5,05	0,38	0,61	0,88
	Var%12m	5,01	4,99	5,42	5,42	5,05	4,85	4,63	4,15

Índices	Abri/06	Mai/06	Junho/06	Julho/06	Agosto/06	Setembro/06	Outubro/06	Novembro/06	Dezembro/06
DezeINCC-DI	330,501	3344,867	337,892	339,484	340,283	340,670'	341.369	342,1590	343,401
Var%mês	0,36	1,32	0,90	0,47	0,24	0,11	0,21	0,23	0,36
Var%a.a.	1,10	2,43	3,36	3,84	4,09	4,21	4,42	4,66	5,04
Var%12m	5,26	4,47	5,42	5,00	5,23	5,09	5,11	5,05	5,04
CUB/PA	706,75	707,54	708,54	710,44	725,13	746,06	737,37	765,97	761,34
Var%mês	0,80	0,19	0,14	0,27	2,07	2,89	-1,16	3,88	-0,06
Var%a.a.	3,25	3,37	3,51	3,79	5,94	8,99	7,72	11,77	11,23
Var%12m	8,27	9,62	9,17	8,44	9,85	9,97	7,83	11,83	11,23
IPCA	2.577,23	2579,81	2.574,39	2.579,28	2.580,57	2.585,99	2.594,52	2.602,56	2.615,05
Var%mês	0,21	0,10	-0,21	0,19	0,05	0,21	0,33	0,29	0,48
Var%a.a.	1,65	1,75	1,54	1,73	1,78	2,00	2,33	2,65	3,14
Var%12m	4,63	4,23	4,03	3,97	3,84	3,70	3,26	3,02	3,14
IGP-M	335,921	337,185	339,712	340,312	341,574	342,5610	344,155	346,746	347,842
Var%mês	-0,42	0,38	0,75	0,18	0,37	0,29	0,47	0,75	0,32
Var%a.a.	0,27	0,65	1,40	1,58	1,96	2,26	2,73	3,50	3,83
Var%12m	-0,92	-0,33	0,86	1,39	2,43	3,28	3,13	3,50	3,83
INPC	2.610,29	2613,68	2.611,85	2.614,72	2.614,20	2.618,380	2.629,64	2.640,68	2.657,05
Var%mês	0,12	0,13	-0,07	0,11	-0,02	0,16	0,43	0,42	0,62
Var%a.a.	1,00	1,13	1,06	1,18	1,16	1,32	1,75	2,18	2,81
Var%12m	3,34	2,75	2,78	2,87	2,85	2,86	2,71	2,59	2,81

Fontes: FGV; IBGE e SINDUSCON-PA.
Elaboração: Assessoria Econômica do SINDUSCON-PA.

2. CUB/M2:

O Custo Unitário Básico da Construção de Belém (CUB/m² - Projeto Padrão H8 – 2N) registrou uma deflação de -0,06 no mês de dezembro, registrando a segunda menor variação no ano. Com este resultado, o custo do metro quadrado da construção em Belém (projeto-padrão de oito pavimentos, dois quartos, com padrão normal de acabamento) que em novembro era de R\$765,97, passou para R\$ 761,34 em dezembro

Mudanças no CUB entram em vigor a partir de fevereiro/07

A Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) publicou em 28 de agosto a norma 12.721:2006, que normatiza o cálculo do Custo Unitário Básico da Construção (CUB/m²).

As mudanças, estão abaixo evidenciadas:

- Novos projetos-padrão foram escolhidos por meio de consulta técnica às entidades.
- Novos lotes básicos
- Introdução de critérios para a criação de projetos-padrão regionalizados.
- Novos lotes básicos de insumos.
- Inclusão de metodologia de referência para a coleta de preços e para o cálculo do custo unitário básico por metro quadrado.

Novos projetos

- Padrão Baixo (R1, PP-B, R8 e Projeto de Interesse Social);
- Padrão Normal (R1, PP-N, R8 e R16);
- Padrão Alto (R1, R8, e R16),
- Comercial Normal (CAL-8, CSL-8 E CSL-16);
- Comercial Alto (CAL-8, CSL-8 e CSL-16);

- Residência Popular (RP1Q);
- Galpão Industrial (GI);

Esta norma é resultado de um amplo processo de revisão da NBR 12.721-1999 e mantém os seus conceitos teóricos básicos anteriores, mas apresenta profundas alterações em seu conteúdo, em virtude da sua adaptação ao disposto na legislação e aos novos padrões arquitetônicos praticados atualmente no mercado imobiliário

Buscou-se modernizar o cálculo do referido indicador de custos da construção e melhor adaptação à atual realidade de novos materiais de construção e do processo construtivo nacional.

Merecem destaque, entre as principais alterações introduzidas, os novos projetos-padrão diferentes dos anteriores.

A nova NBR 12.721-2006 entrará em vigor no dia 1º de fevereiro de 2007. Assim a partir do CUB/m2 referente ao mês de fevereiro de 2007, que será divulgado em março/2007, os Sinduscon's de todo o país já estarão publicando o cub/m2 de acordo com as novas especificações.

Com o objetivo de proteger e resguardar os atos de negócios realizados anteriormente a versç~]ao da Norma NBR 12.721/2006, o Sinduscon do Estado do Pará divulgará, no período de dois meses, o percentual de variação dos projetos da NBR 12.7821-1999, bem como os valores em R\$/m2 dos projetos da NBR12.721-2006.

Maiores esclarecimentos técnicos solicitamos contactar o Sinduscon do Estado do Pará, através do telefone 32414058.

Quadro2

Evolução Comparativa CUB x INCC-DI

Mês / Ano	CUB / R\$	Var. Mensal%	Var. Anual %	INCC – Var. Mês	INCC – Var. Ano
Janeiro / 05	643,78	1,74	1,74	0,75	0,75
Fevereiro / 05	646,08	0,36	2,13	0,44	1,20
Março / 05	649,59	0,54	2,69	0,67	1,88
Abril / 05	652,79	0,49	3,19	0,72	2,62
Mai / 05	645,46	-0,12	2,04	2,09	4,76
Junho / 05	649,03	0,55	2,60	0,76	5,56
Julho / 05	655,15	0,94	3,57	0,11	5,67
Agosto / 05	660,08	0,75	4,35	0,02	5,69
Setembro / 05	678,40	2,78	7,24	0,24	5,94
Outubro / 05	683,84	0,80	6,10	0,19	6,15
Novembro / 05	684,14	0,04	8,15	0,28	6,45
Dezembro	684,50	0,05	8,21	0,37	6,84
Janeiro / 06	688,48	0,58	0,58	0,34	0,34
Fevereiro / 06	700,68	1,77	2,26	0,19	0,53
Março/06	701,17	0,07	2,44	0,20	0,74
Abril/06	706,75	0,80	3,25	0,36	1,10
Mai/06	707,54	0,19	3,37	1,32	2,43
Junho/06	708,54	0,14	3,51	0,90	3,36
Julho06	710,44	0,27	3,79	0,47	3,84

Agosto/06	725,13	2,07	5,94	0,24	4,09
Setembro/06	746,06	2,89	8,99	0,11	4,21
Outubro/06	737,37	-1,16	7,72	0,21	4,42
Novembro/06	765,97	3,88	7,72	11,77	4,66
Dezembro/06	761,34	-0,06	11,23	4,66	5,04

Fontes: SINDUSCON-PA e FGV

3. Nível de Atividades: PAC destina R\$146,30 bilhões para Habitação e Saneamento. Meta é atender 3,9 milhões de famílias que fazem parte do déficit de 7,9 milhões de habitações, que serão aplicados em construção, aquisição, reforma, aquisição, compra de material de terrenos e urbanização de assentamentos.

O PAC (Programa de Aceleração do Crescimento Econômico) que o Presidente da Republica anunciou 22.01. do corrente ano compõem um conjunto ordenado de ações do governo, conjugando desoneração dos investimentos com estímulos a expansão de infra-estrutura e da oferta de habitação. Estimativas de aplicações são recordes no setor.

Neste ano os gastos com habitação estão estimados em R\$27,5 bilhões:

Fontes	Valores (Em R\$ bilhões)
FGTS, FDS, FAR E FAT	9,2
Caderneta de Poupança	10,5
Orçamento Geral da União	2,6
Contrapartida de P. físicas	5,2

Para os próximos três anos, estão previstos investimentos de R\$78,8 bilhões, detalhados pelas seguintes fontes:

Fontes	Em R\$ bilhões
FGTS, FDS, FAR E FAT	26,7
Orçamento Geral da União	7,5
SBPE	31,5
Pessoas Físicas	13,1
Total	78,8

Para o setor de saneamento estão previstos durante os quatro anos R\$40,0 bilhões, com detalhamento das seguintes fontes:

Fontes	Em R\$ bilhões
FGTS, FDS, FAR E FAT	12,0
Orçamento Geral da União	12,0
Contrapartida da Iniciativa Privada	16,0

A desoneração do PIS/Cofins, nos investimentos em edificações e novas obras de infra-estrutura sinaliza claramente que o governo mantém e pretende reforçar a percepção de que estimular a construção civil é indispensável para atingir o desenvolvimento sustentado. Desta forma entendemos ser benvinda a redução do prazo de 25 para 24 anos do prazo de aproveitamento dos crédito tributários derivados de recolhimento do PIS/Cofins na construção de prédios e galpões.

O lado preocupante desse programa é a decisão de destinar R\$5 bilhões do patrimônio líquido do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), para

o novo fundo de investimento em infra-estrutura, pois as manifestações de trabalhadores e empresários que ocorreram após o lançamento do PAC deixaram claro que recursos do FGTS devem continuar a ser aplicados em habitação e saneamento.

Para as obras de infra-estrutura já existem outras fontes de recursos como é o caso do CIDE (Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico).

Avaliamos que caso o PAC tenha uma boa gestão deverá contribuir para promover uma boa combinação de crescimento econômico, renda e emprego, evitando portanto a repetição do baixo nível de crescimento de 2006.

Emprego Formal: Postos de trabalho crescem pelo 10º mês consecutivo na economia paraense. Emprego na Construção Civil cresce 11,54% no acumulado do ano até setembro. Expectativas dos empresários da Construção é de fechar o ano com taxa de crescimento de 16%.

Estado do Pará

Segundo o CAGED (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados), em novembro os saldos líquidos(admissão-desligamentos) totalizaram 800 empregos com carteira assinada no Estado do Pará. Até novembro o saldo de empregos formais, totalizou 27.279 empregos, representando um aumento de 6,13% em relação ao mesmo período do ano anterior. No ano até novembro, ocorreram acréscimos praticamente em todas as atividades econômicas, com destaque para serviços (7.968), comércio (7.945), indústria (5.518), Construção Civil (3.636) e extrativismo mineral (1.758). O destaque negativo ocorreu na administração pública (-214).

Fonte: Cadastro Geral de Emprego e Desemprego – M T E

4.Financiamentos Habitacionais:

No exercício de 2006 até dezembro a Caixa Econômica Federal direcionou para financiamentos habitacionais no Estado do Pará, R\$59.773.000. Deste total 60% corresponderam a recursos do FGTS,, 30% recursos da Caderneta de Poupança e 10% oriundos dos FAT (Materiais de Construção:

CEF

Recursos Aplicados

Ano: 2006

Fonte	Em R\$
FGTS	33.900.000
SBPE	25.400.000
FAT (Matcon)	473.000

Total	59.773.000

Nova Lei de Saneamento passa no Senado

Por unanimidade o Senado aprovou o projeto de lei que cria o novo marco regulatório do Saneamento. Agora a matéria vai se apreciada no Congresso Nacional.

A aprovação da nova lei do Saneamento poderá significar a volta do investimento no setor, já que desde 2003 não ultrapassam 0,19% do PIB. No marco legal que vigora atualmente os investidores não tem certeza que os projetos serão cumpridos.

BOLETIM ECONÔMICO FEVEREIRO/07

SUMÁRIO:

1. Conjuntura:

IPCA do mês de janeiro/07 (0,44%) ficou abaixo do mês de dezembro/06 (0,48%) e também inferior ao de janeiro de 2006 (0,59%).

2. CUB: Elevação do CUB de 1,41% em janeiro ficou superior a variação do INCC-DI (0,45%).

2. Nível de Atividades:

Nível de Atividades: PAC: Dimensão e Impactos

Programa de Aceleração da Atividade Econômica: Estimativa de geração de 1.347.735 novos postos de trabalho. 690.626 correspondem as atividades de habitação e saneamento.

1. Conjuntura: IPCA do mês de janeiro/07 (0,44%) ficou abaixo do mês de dezembro/06 (0,48%) e também inferior ao de janeiro de 2006 (0,59%). O acumulado dos últimos 12 meses, em janeiro (2,99%), foi inferior ao de dezembro de 2006 (3,14%)

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de janeiro registrou uma variação de 0,04% abaixo dos 0,48% de dezembro. Nos últimos doze meses o índice situou-se com um resultado menor que o relativo aos doze meses imediatamente anteriores (3,14%). Em janeiro/06 o índice havia ficado em 0,59. As principais influências desse resultado correspondem aos ônibus urbanos. Os artigos de vestuário, em decorrência das promoções típicas do início do ano. Apesar do vestuário e da menor pressão dos ônibus, as chuvas intensas que caíram no mês de janeiro levaram a aceleração no ritmo de crescimento dos preços dos alimentos. O álcool, 7,2% mais caro para o consumidor por causa do período da entressafra da cana exerceu pressão em janeiro. A maior alta foi registrada na região metropolitana de São Paulo, o combustível passou a custar 13,75% mais do que em dezembro. Já a gasolina ficou mais barata, principalmente em Goiânia, cujo preço caiu 6,26%.

Quanto aos índices regionais a maior alta foi registrada na região metropolitana de Belém (0,75%), onde o item ônibus urbano apresentou uma variação de 7,57%, passando de R\$1,85 para R\$2,00. A menor variação foi registrado em Porto Alegre (-0,07%), onde chegou a ocorrer uma pequena deflação. O IPCA é calculado para nove regiões metropolitanas, além de Goiânia e Brasília. Abrange famílias com rendimento de 1 a 40 salários mínimos, qualquer que seja a fonte, sendo o principal indicador utilizado pelo Banco Central do Brasil para acompanhar a meta de inflação.

O INPC – apresentou uma variação de 0,49% em janeiro, abaixo de dezembro (0,62%). Nos últimos doze meses a taxa ficou em 2,93%, pouco acima dos doze meses imediatamente anteriores.

No INPC do mês os alimentos apresentaram uma variação de 0,80%. O maior índice regional foi registrado em Belo Horizonte (1,14%) e o menor Porto Alegre (-0,24%).

O INPC é calculado com base nos rendimentos das famílias de 01 a 06 salários-mínimos e abrange nove regiões metropolitanas do país, além do município de Goiânia e de Brasília.

O INCC –DI, (Índice Nacional da Construção Civil) indicador da Construção, calculado pela Fundação Getúlio Vargas, registrou em Janeiro/07 uma variação de 0,45% ante 0,36% de dezembro/06. Nos últimos 12 meses a variação foi de 5,15%,

O aumento da taxa de crescimento do INCC-DI, no mês de janeiro/07 em relação a dezembro/06, segundo a Fundação Getúlio Vargas foi decorrente do aumento em dois componentes do INCC-DI, materiais (0,31% para 0,51%), mão-de-obra (0,25% para 0,32%). O item serviços apresentou um decréscimo em sua taxa de variação que recuou de 1,29% em dezembro para 0,84% em janeiro.

O IGP-M (Índice Geral de Preços do Mercado), registrou em Janeiro uma elevação de 0,50%, superior a variação de 0,32% registrada em dezembro. Contribuíram para a variação do IGP-M o aumento no subgrupo alimentos “in natura” e combustíveis, além do item materiais e componentes para manufatura que também apresentou elevação. Nos últimos 12 meses o valor acumulado foi de 3,67% superior a variação registrada no mesmo período do ano anterior 1,17%.

Tabela1
Índices de Preços

Índices	Variação	Ago/05	Set/05	Out/05	Nov/05	Dez/05	Jan/06	Fev/06	Mar/06
INCC-DI	Índices	323,382	324,164	324,782	325,703	326,915	328,042	328,651	329,320
	Var%mês	0,02	0,24	0,19	0,28	0,37	0,34	0,19	0,20
	Var%ano	5,69	5,94	6,15	6,45	6,84	0,34	0,53	0,74
	Var%12m	8,88	8,52	7,45	6,99	6,84	6,41	6,14	5,64
CUB/PA	Índices	660,08	678,40	683,84	684,14	684,50	688,48	700,68	701,17
	Var%mês	0,75	2,78	0,80	0,04	0,05	0,58	1,77	0,07
	Var%ano	4,35	7,24	6,10	8,15	8,21	0,58	2,36	2,44
	Var%12m	9,27	11,93	12,03	11,25	8,21	6,98	8,45	7,94
IPCA	Índices	2.485,09	2.493,79	2.512,49	2.526,31	2.535,40	2.550,36	2560,8165	2.571,83
	Var%mês	0,17	0,35	0,75	0,55	0,36	0,59	0,41	0,43
	Var%a.a.	3,59	3,95	4,73	5,31	5,69	0,59	1,02	1,44
	Var%12m	6,02	6,04	6,36	6,22	5,69	338,083	5,51	5,32
IGP-M	Índices	333,474	331,69	333,6940	335,0330	335,006	338,083	338,1280	337,339
	Var%mês	-0,65	-0,18	0,60	0,40	-0,01	0,92	0,01	-0,23
	Var%a.a.	0,75	0,19	0,81	1,22	1,21	0,92	0,93	0,70
	Var%12m	3,43	2,17	2,38	1,96	1,21	1,17	1,45	0,36
INPC	Índices	2.541,66	2.545,47	2.560,23	2.574,05	2.584,35	2.,594,17	2600,13	2.607,16
	Var%mês	0,00	0,15	0,58	0,54	0,40	0,38	0,23	0,27
	Var%a.a.	3,31	3,47	4,07	4,63	5,05	0,38	0,61	0,88
	Var%12m	5,01	4,99	5,42	5,42	5,05	4,85	4,63	4,15

Índices	Abril/06	Maior/06	Junho/06	Julho/06	Agosto/06	Setembro/06	Outubro/06	Novembro/06	Dezembro/06	Janeiro/07
INCC-DI	330,501	3344,867	337,892	339,484	340,283	340,670'	341.369	342,1590	343,401	344,943
Var%mês	0,36	1,32	0,90	0,47	0,24	0,11	0,21	0,23	0,36	0,45
Var%a.a.	1,10	2,43	3,36	3,84	4,09	4,21	4,42	4,66	5,04	0,45
Var%12m	5,26	4,47	5,42	5,00	5,23	5,09	5,11	5,05	5,04	5,15
CUB/PA	706,75	707,54	708,54	710,44	725,13	746,06	737,37	765,97	761,34	772,07
Var%mês	0,80	0,19	0,14	0,27	2,07	2,89	-1,16	3,88	-0,06	1,41
Var%a.a.	3,25	3,37	3,51	3,79	5,94	8,99	7,72	11,77	11,23	1,41
Var%12m	8,27	9,62	9,17	8,44	9,85	9,97	7,83	11,83	11,23	12,14
IPCA	2.577,23	2579,81	2.574,39	2.579,28	2.580,57	2.585,99	2.594,52	2.602,56	2.615,05	2.626,56
Var%mês	0,21	0,10	-0,21	0,19	0,05	0,21	0,33	0,29	0,48	0,44
Var%a.a.	1,65	1,75	1,54	1,73	1,78	2,00	2,33	2,65	3,14	0,44
Var%12m	4,63	4,23	4,03	3,97	3,84	3,70	3,26	3,02	3,14	2,99
IGP-M	335,921	337,185	339,712	340,312	341,574	342,5610	344,155	346,746	347,842	349,593
Var%mês	-0,42	0,38	0,75	0,18	0,37	0,29	0,47	0,75	0,32	0,50
Var%a.a.	0,27	0,65	1,40	1,58	1,96	2,26	2,73	3,50	3,83	0,50
Var%12m	-0,92	-0,33	0,86	1,39	2,43	3,28	3,13	3,50	3,83	3,67
INPC	2.610,29	2613,68	2.611,85	2.614,72	2.614,20	2.618,380	2.629,64	2.640,68	2.657,05	2.670,07
Var%mês	0,12	0,13	-0,07	0,11	-0,02	0,16	0,43	0,42	0,62	0,49
Var%a.a.	1,00	1,13	1,06	1,18	1,16	1,32	1,75	2,18	2,81	0,49
Var%12m	3,34	2,75	2,78	2,87	2,85	2,86	2,71	2,59	2,81	2,93

Fontes: FGV; IBGE e SINDUSCON-PA.
Elaboração: Assessoria Econômica do SINDUSCON-PA.

2. CUB/M2:

O Custo Unitário Básico da Construção de Belém (CUB/m² - Projeto Padrão H8 – 2N) registrou uma variação de 1,41% no mês de Janeiro/07, em relação ao mês de dezembro/06. Com este resultado, o custo do metro quadrado da construção em Belém (projeto-padrão de oito pavimentos, dois quartos, com padrão normal de acabamento) que em dezembro/06 apresentou um valor de R\$ 761,34, passou para R\$772,07 em Janeiro

A elevação do CUB de 1,41% em janeiro ficou superior a variação do INCC-DI (0,45%).

Os materiais a seguir abaixo relacionados tiveram um crescimento substancialmente superiores ao INCC (0,45%), o que contribuiu para elevar o custo do CUB no mês de Janeiro(1,41%):

-Basculante de ferro chapa dobrada (60x100cm)	25,72%
-Basculante em alumínio anodizado	12,89%
-Cerâmica esmaltada	20,38%
-Vidro liso transparente 4mm	25,56%
-Fio termoplástico área=1,5mm ²	12,48%

Quadro2

Evolução Comparativa CUB x INCC-DI

Mês / Ano	CUB / R\$	Var. Mensal%	Var. Anual %	INCC – Var. Mês	INCC – Var. Ano
Janeiro / 05	643,78	1,74	1,74	0,75	0,75
Fevereiro / 05	646,08	0,36	2,13	0,44	1,20
Março / 05	649,59	0,54	2,69	0,67	1,88
Abril / 05	652,79	0,49	3,19	0,72	2,62
Maior / 05	645,46	-0,12	2,04	2,09	4,76
Junho / 05	649,03	0,55	2,60	0,76	5,56
Julho / 05	655,15	0,94	3,57	0,11	5,67

Agosto / 05	660,08	0,75	4,35	0,02	5,69
Setembro / 05	678,40	2,78	7,24	0,24	5,94
Outubro / 05	683,84	0,80	6,10	0,19	6,15
Novembro / 05	684,14	0,04	8,15	0,28	6,45
Dezembro	684,50	0,05	8,21	0,37	6,84
Janeiro / 06	688,48	0,58	0,58	0,34	0,34
Fevereiro / 06	700,68	1,77	2,26	0,19	0,53
Março/06	701,17	0,07	2,44	0,20	0,74
Abril/06	706,75	0,80	3,25	0,36	1,10
Maijo/06	707,54	0,19	3,37	1,32	2,43
Junho/06	708,54	0,14	3,51	0,90	3,36
Julho06	710,44	0,27	3,79	0,47	3,84
Agosto/06	725,13	2,07	5,94	0,24	4,09
Setembro/06	746,06	2,89	8,99	0,11	4,21
Outubro/06	737,37	-1,16	7,72	0,21	4,42
Novembro/06	765,97	3,88	7,72	11,77	4,66
Dezembro/06	761,34	-0,06	11,23	4,66	5,04
Janeiro/07	772,07	1,41	1,41	0,45	0,45

Fontes: SINDUSCON-PA e FGV

Nível de Atividades: Emprego Formal

No acumulado do ano de 2006 o saldo do emprego formal (admissão-desligamentos) cresceu 16,9 em relação ao ano de 2005. Em nível setorial, algumas setores tiveram desempenho negativo Construção Civil, Comércio, Serviços, Administração pública e Agropecuária, enquanto que outros setores tiveram crescimento positivo, Extrativa Mineral, Industria de Transformação e Serviços de Utilidade Pública.

No caso específico da Construção Civil, a redução acentuada do saldo de emprego formal de 2005 para 2006, reflete a perda de dinamismo do mercado nos últimos meses do ano em função de uma desaceleração do ritmo de obras públicas no final do período eleitoral.

Quadro

Estado do Pará

Evolução dos saldos de Emprego Formal

No Ano de 2007 até Dezembro

Setores	Dezembro/06	Dezembro/05	%(A/B)
Total	20.806	17.797	16,9
Extrativa Mineral	1.846	796	164,2
Industria de Transformação	3.561	(1.032)	359,3
Serviços de U. Pública	804	16	720,0
Construção Civil	1.641	3.080	(372,10)
Comércio	7.277	7.350	(4,46)
Serviços	6.946	7.287	
Administração Pública	(212)	58	(170)

Agropecuária	(447)	241	(312,0)

Fonte: M T E/ CAGED

PAC: Dimensão e Impactos

O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) surge como uma força importante e deve melhorar o ritmo de crescimento ao longo do ano, e em especial a partir do segundo semestre

O PAC constitui-se como uma mistura de medidas pontuais e outras mais abrangentes que poderão elevar os recursos disponíveis para investimentos em infra-estrutura.

Outras medidas importantes são as desonerações dos investimentos, sendo possível esperar um forte impacto sobre o setor da construção.

Programa de Aceleração da Atividade Econômica: Estimativa de geração de 1.347.735 novos postos de trabalho. 690.626 correspondem as atividades de habitação e saneamento.

Objetivo: Aumentar a taxa de crescimento de investimentos da economia brasileira para crescer de forma sustentada.

O programa é uma mistura de medidas pontuais e outras mais abrangentes, que além de elevar os recursos disponíveis em infra-estrutura, visam diminuir a carga tributária para novos investimentos e melhorar o ambiente de negócios.

Ações:

-Aumento dos recursos públicos (Orçamento Geral da União-OGU) e das estatais destinados à infra-estrutura (energia, transportes, recursos hídricos e saneamento) e habitação;

-Estimulo ao crédito e facilitação do investimento privado;

-Desoneração fiscal;

-Ajuste fiscal.

Investimentos em Infra-estrutura:

-R\$503,9bilhões até 2010 em estradas, portos, energia, habitação e saneamento.

-Composição

Iniciativa Privada: 43%

Estatais: 44%

OGU e Seguridade: 13%

-Áreas

Social e Urbana: 34%

Transportes: 12%

Energia: 64%

Investimentos em Logística

Setores	2007	2008-2010	Total	Por ano
Logística	13,4	44,9	58,3	14,6
Rodovias	8,1	25,4	33,4	8,4
Ferrovias	1,7	6,2	7,9	2,0
Portos	0,7	2,0	2,7	0,7

Aeroportos	0,9	2,1	3,0	0,8
Hidrovias	0,3	0,5	0,7	0,2
Marinha Mercante	1,8	8,8	10,6	2,6

Investimentos em Energia

Setores	2007	2008-2010	Total	Por ano
Energético	55,0	219,8	274,8	68,7
Geração elétrica	11,5	54,4	65,9	16,5
Transmissão Elétrica	4,3	8,2	12,5	3,1
Petróleo e Gás Natural	35,9	143,1	179,0	44,8
Combustíveis Renováveis	3,3	14,1	17,4	4,4

Investimentos em infra-estrutura Social e urbana

Setores	2007	2008-2010	Total	Por ano
Infra-estrutura social e urbana	43,6	127,2	170,8	42,7
Luz para todos	4,3	4,4	8,7	2,2
Saneamento	8,8	31,2	40,0	10,0
Habitação	27,5	78,8	106,3	26,6
FGTS-OGU	10,5	31,5	42,0	10,5
Contrapartida	4,6	13,1	17,7	4,4
SBPE	12,4	34,2	46,6	11,7
Metrô	0,7	2,4	3,1	0,8
Recursos Hídricos	2,3	10,4	12,7	3,2

Investimento global

Setores	2007	2008-2010	Total	Por ano
Total	112,0	391,9	503,9	126,0
Logística	13,4	44,9	58,3	14,6
Energético	55,0	219,8	274,8	68,7
Infra-estrutura social e urbana	43,6	127,2	170,8	42,7

Estímulo ao crédito e Facilitação do Investimento

- Aporte de R\$5,2 bilhões à CEF de forma a elevar sua capacidade de empréstimos para habitação e financiamento
- Ampliação em R\$6bilhões (2anos) no limite do setor público de empréstimos para habitação e saneamento
- Criação do fundo de investimento em infra-estrutura a partir de recursos do patrimônio líquido do FGTS com aporte inicial de R\$5bilhões.
- Redução dos spreads dos recursos do BNDES para projetos de infra-estrutura e desenvolvimento urbano
- Regulamentação do artigo 23 da Constituição que trata das competências sobre legislação de proteção ao meio-ambiente.

- Reestruturação dos sistema de defesa da concorrência
- Outras: Agencias Reguladoras, Lei do gás, Sudam e Sudene

Desoneração Fiscal

- Redução do prazo de recuperação dos créditos de PIS e Cofins sobre edificações incorporadas ao ativo imobilizado (benefício já concedido para máquinas e equipamentos) de até 25 anos para 24 meses de prazo
- Suspensão da cobrança do PIS e Cofins na compra de insumos e serviços utilizados pela construção civil em novos projetos de infraestrutura de longo prazo (transportes, portos, energia e saneamento básico)
- Isenção do Imposto de Renda às aplicações feitas no fundo de investimento em infra-estrutura após cinco anos da aquisição da cota
- Redução para zero das alíquotas do IPI, PIS, Cofins e Cide nas vendas de equipamentos de transmissão de sinais de TV digital, na aquisição de bens de capital e na transferência para aquisição de tecnologia e software
- Isenção de IRPJ e redução a zero do IPPI, PIS, Cofins e Cide sobre vendas de vendas de semicondutores e displays bem como sobre a aquisição de bens de capital e transferências para aquisição de tecnologia e software;
(Programa de Incentivos ao Setor de Semicondutores)
- isenção de PIS e Cofins de microcomputadores e notebooks de valor até R\$4mil
- Redução de 5% para zero da alíquota de IPI sobre perfis de aço
- Outras medidas: Lei Geral das Pequenas e Microempresas, reajuste da tabela do IR, prorrogação da cumulatividade do PIS e do Cofins na construção, aumento do prazo do recolhimento de contribuições , Super Receita, sistema Público Escrituração Digital, Reforma Tributária, prorrogação do sistema de contabilização da depreciação de novos investimentos.

Ajuste fiscal

- Adoção de uma regra para reajuste do salário mínimo até 2003. A partir de 2008, o aumento levará em conta a inflação mais o PIB de dois anos antes.
- Teto para o aumento do salário dos servidores públicos. O limite será a variação da inflação mais um teto de 1,5% de aumento real.
- Medidas de gestão na Previdência Social com o objetivo de reduzir o déficit, entre elas, multa no caso de informação incorreta de óbitos e limitação do valor do auxílio doença.
- Regulamentação do regime de previdência complementar dos servidores públicos. Esse regime está previsto desde a reforma da previdência desde 2003.
- Criação de um Fórum Nacional de Previdência Social para debater o regime previdenciário com trabalhadores, governo e beneficiários

Impactos do PAC

Investimentos	Necessários	Atuais*	Incremento	Renda gerada	Novos postos de trabalho**
Rodovias pavimentadas	11.706	9.858	1.848	1.857	54.364
Geração de energia	6.843	5.213	1.630	1.390	47.927
Saneamento (Rede geral)	6.036	3.185	2.851	2.447	83.335
Habitação Social	10.181	3.456	6.726	5.773	197.803
Habitação SBPE	26.243	9.486	16.757	14.384	492.823
Total	61.009	31.197	29.811	25.589	876.751
% do PIB	3,15%	1,61%	1,54%	1,32	1,09%

Nota: (*) valores de 2004; (**) em relação ao total da população em 2004 segundo a PNAD

Comparativo dos investimentos necessários e investimentos do PAC

Investimentos	Necessários	PAC	Diferença
Rodovias Pavimentadas	11,706	8.360	(3.347)
Geração de Energia	6.643	19.800	12.757
Saneamento (Rede geral)	6.036	10.000	3,964
Habitação Social	10.181	10.500	0,319
Habitação SBPE/SFI	26.243	16.075	(10.168)
Total	61.008	64.536	3.526
(%) do PIB de 2005	3,15%	3,33%	0,18%

Estimativa de Impactos: Renda e Emprego

Investimentos	PAC	Atuais*	Incremento	Renda gerada	Novos postos de trabalhos
Rods. Pavimentadas	8.360	9.858	(1.499)	(1.286)	(44.072)
Geração de Energia	19.600	5.213	14.387	12.350	423.131
Saneamento (rede geral)	10.000	3.185	8.815	5.850	200.433
Habitação Social	10.500	3.455	7.045	6.047	207.198
Habitação SBPE/SFI	16.075	9.486	6.589	5.656	193.775
Outros			12.488	10.719	367.270
Total	64.355	31.197	45.825	39.355	1.347.735
(%) do PIB de 2005	3,33%	1,61%	2,37%	2,03%	1,67%

